

RUA DAS FLORES, 150-160. SUCESSÃO TIPOLÓGICA PARA FUNÇÕES PERSISTENTES NO TEMPO, EM SEU EDIFICADO

MANUEL LESSA*

Resumo: O artigo apresenta um caso de estudo de um lote na margem SE da Rua das Flores, centrando-se nas relações entre: tipologia e desenvolvimento urbanístico; programa, tipologia e readaptação; obsolescência e adaptabilidade da edificação. Foca a persistência das funções de Habitação e Comércio/Serviços, assim como, factores, objectivos e subjectivos, da obsolescência da edificação, face ao conceito variável de Património. A apreciação crítica, em particular à história da ocupação urbana do lote, evidencia a valoração daquelas funções persistentes na vitalidade urbana intemporal da Rua. Daqui se retira, como reflexão final, a importância deste lote edificado para a história e vitalidade da rua, bem como para a evidência de uma íntima interação arquitectura-urbanismo e valorização do critério tipológico, em intervenções no património. Este caso de estudo serve ainda, entende-se, como exemplo das incertezas e fragilidades envolvidas nas operações de salvaguarda patrimonial.

Palavras-chave: Património arquitectónico; Tipologia e desenvolvimento urbanístico; Sucessão edilícia; Projecto e obra.

Abstract: The paper presents a case study of a plot on the SE side of Rua das Flores, focusing on the relationships between: typology and urban development; program, typology, and re-adaptation; obsolescence and adaptability of the building. It focuses on the persistence of the Housing and Commerce/Services functions, as well as on the objective and subjective factors of building obsolescence, in the face of the variable concept of Heritage. The critical appreciation, in specific to the history of urban occupation of the plot, highlights the valuation of those persistent functions in the timeless urban vitality of the street. From this, as a final reflection, we draw the importance of this building lot for the history and vitality of the street, as well as for the evidence of a close architecture-urbanism interaction and valorization of the typological criterion, in heritage interventions. This case study also serves, it is believed, as an example of the uncertainties and fragilities involved in heritage safeguard operations.

Keywords: Architectural heritage; Typology and urban development; Building succession; Project and construction.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, na área da Arquitectura (concretamente, de remodelação de edificado em centros históricos), é grandemente suscitado pelo actual contexto do turismo

* Arquitecto (licenciado pela ESBAF, 1973). Autor do Projecto de Arquitectura e Coordenação Projectual da Remodelação do «Edifício Papelaria Reis», Rua das Flores, 150-160, Porto. Email: lessa.arq@gmail.com. O autor não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

massivo na Cidade do Porto, associado à construção de grande número de hotéis e à «indústria» do Alojamento Local em pleno (pequeno) centro histórico. Entende-se ainda, como oportunidade para evidenciar os factores da perturbação demográfica actual, bem como, as incertezas e equívocos, muitas vezes envolvidos nas remodelações em património, por incompreensão, nos seus agentes, daquilo que está em questão.

Após décadas de terciarização do centro, a habitação começava a reocupar edifícios recuperados, respondendo a uma população jovem, nos primeiros anos do século XXI. Dinâmica interrompida, constatando-se agora a desertificação habitacional e, paradoxalmente, rios de gente em contínua correnteza, fotografando, flanando, alimentando lojas de *recuerdos*, restaurantes e bares, cujas actividades substituíram «adegas», ourivesarias, papelarias, lojas de ferragens e de artigos religiosos, drogarias, alfarrabistas, tornando-os residuais. Não obstante ser condição de vitalidade urbana a mudança, Habitação e Comércio de largo espectro, aqui comprovaram durante séculos a sua, agora ausente, mas imprescindível presença identitária na vida da Cidade.

À vitalidade da rua, está assim implícita a cíclica renovação da edificação existente, logo, sobre o património arquitectónico, já que o centro histórico é, por natureza própria, um lugar para a remodelação (e/ou restauro), muito mais que para construção de raiz. Em qualquer dos casos, na remodelação ou em construção nova em áreas consolidadas, coloca-se o foco na questão tipológica, aspecto muito mais estruturante de uma renovação respeitadora da organicidade da arquitectura (relação interior-exterior) e do tecido urbano (sua escala e ritmos), do que na imitação de «formas gramaticais» de estilos passados ou ostensivamente «contemporâneas», numa distopia de *tabula rasa*.

Como neste caso de estudo o seguinte aspecto foi relevante, trata-se também a questão dos elementos arquitectónicos exteriores, como referentes na identidade do lugar, e do papel do *design* na imagem da fachada, verdadeira interface comunicacional entre espaço privado e espaço público.

Aborda-se, pontualmente, a questão arqueológica, lançando uma discutível pista para investigação especializada sobre a notável casa quinhentista, nomeadamente, quanto à sua autoria.

1. HABITAÇÃO, RUA E CIDADE

Não há cidade sem habitação consistente, isto é, sem predominância de moradores permanentes, forjando no tempo uma relação identitária entre si e com a própria geografia. Sem esgotar nunca a sua potencialidade, a rua é peça elementar e fomentadora da estrutura urbana, articulando-se com a praça, em andamentos a diverso ritmo, numa organização funcional e simbólica hierarquizada¹.

¹ POLLIONIS, MAUFRAS, 1847.

A Rua das Flores, com os seus 9 m de largura, à escala da cidade portuária e das necessidades de 1521, fazia a ligação «direita» de bens e pessoas entre o mar e o *hinterland*, através da cidade intramuros. Fundada a meia-encosta, na pendente a NW do rio da Vila, em um sector de hortas, pomar e de lazer, a Rua de Santa Catarina das Flores teve as suas margens logo ocupadas, por uma elite heterogénea: eclesiásticos, letrados, mercadores, mestres de certos ofícios, também aristocratas, mais tarde. No caso em apreço, houve um *continuum* na função habitar, desde o início até à actualidade, embora reduzindo-se, após 1930, até à completa desocupação entre c.1985 e 1999; na actualidade, a função habitar no edifício é escassa, com $5/6=84\%$ dos seus fogos em regime de «alojamento local»².

2. HERDAR E ACTUALIZAR

Ao filiar-se no acto ancestral da construção do abrigo, como um evento pleno de sentido comunitário, a Arquitectura satisfaz uma fundamental necessidade, em continuidade, variando nas formas, estilos, nas técnicas ou materiais, e criando tipologias, cujo valor funcional, carácter e significados vão ao encontro do desejo de bem-estar identitário, actualizado, do conjunto da comunidade³. Assim, é disfuncional subverter, do projecto para a obra ou depois, as opções que visam, coerentemente, atingir esse compromisso do arquitecto que herda «um *talento*» de cidade, para o devolver com a mais-valia da actualização necessária, encadeando-se para acções futuras, *mutatis mutandis*.

3. SUCESSÃO EDÍLICA NO LOTE: DOIS EDIFÍCIOS DE RAIZ E DUAS REMODELAÇÕES

A edificação no sítio teve duas intervenções de raiz, separadas por três séculos e meio, e correspondentes a dois desenvolvimentos urbanísticos fundamentais na «Baixa» do Porto, cidade portuária, até à criação do porto de Leixões, já no século XX: a abertura da Rua de Santa Catarina das Flores, em 1521; a da Rua de Mouzinho da Silveira, em 1875-77 (ver Figs. 1 e 2).

Funcionalmente, a Casa Quinhentista (c.1524), em estilo tardogótico⁴ (ver Fig. 3) terá nascido inteiramente para habitação, mas os seus pisos inferiores (r/c e cave, ao nível do quintal), na origem sendo talvez despensa e alojamento de serviçais e escravos, foram depois parcialmente ocupados para outros usos, como atelier fotográfico e livraria, no último quartel do século XIX; o Edifício Oitocentista (1897-98) destinou-se a habitação, nos altos, e a comércio, desde logo, nos baixos; no século XX

² Actualmente, apenas na Rua das Flores, estão registadas vinte e cinco unidades de AL, no Portal do Registo Nacional do Alojamento Local (TURISMO DE PORTUGAL, 2023).

³ FERNANDES, 1999.

⁴ PÉREZ, AZEVEDO, RODRIGUES, 1995.



Fig. 1. Ocupação do lote: em 1880, com ampliações várias sobre o quintal primitivo, em desenho da época (à esquerda); e em 1897-98, em Planta de localização do lote do edifício Papelaria Reis, a partir de Levantamento Aerofotogramétrico fornecido pela CMP (à direita)

Fontes: CMP [s.d.]; LESSA, 2000a, coleção do autor



Fig. 2. Sucessão edílica no lote – alçados (desenho digital): (de baixo para cima) Outº de 1897; 1898; 1930-31; 2006
Fonte: LESSA, 2021a, coleção do autor



Fig. 3
Desenho digital da Casa Quinhentista
Fonte: LESSA, 2021b,
coleção do autor

(1930-31), remodelado para instalação da Papelaria Reis⁵, e novamente remodelado no século XXI (1999-2006), com densificação da habitação e comércio/serviços (sem programa), ao nível da rua e em subsolo.

3.1. A Casa Quinhentista fundacional, em estilo tardogótico (c. 1524)

O que sabemos seguramente da configuração da vetusta casa (ver Fig. 3), vem do desenho de Haupt, feito em 19.09.1886⁶ e de seis pedras de granito; nada, porém, sobre o interior, pouco sobre a varanda posterior e o quintal ou desde quando houve comércio no piso térreo. Materialmente, pode identificar-se as seis peças: quatro merlões⁷, coroando a platibanda; um lintel de janela ornado com motivo vegetalista e capialço⁸; uma placa com São Miguel Arcanjo esculpido em *ronde-bosse*⁹.

A fundação da Casa deve-se ao rev.º Martinho do Couto, capelão real; depois herdada e habitada por sua filha e marido, o dr. João de Barros; em 1571, foi vendida a Estêvão Ribeiro de Almeida, prior de Azamor; já no século XIX, nela habitou o 5.º Morgado de Mateus; foi de João de Freitas Fortuna, amigo e patrono de Camilo Castelo Branco, funcionando do n.º 150 a 156, em 1883, a Typographia de Manoel Luiz de Souza Ferreira, que imprimiu *Nostalgias*¹⁰, do escritor. Antes desta tipografia, entre 1863 e 1865, funcionou no n.º 152 um *atelier* de fotografia de Henrique Nunes

⁵ A Papelaria Reis foi criada na rua do Almada, por Manuel Alves dos Reis, em 1865. Em 1907, instalou-se na rua das Flores, 21-25, onde funcionara a Papelaria Rebelo e, definitivamente, nos n.ºs 152-158 da mesma rua, em 1930-31. Cerca de 1985, encerrou definitivamente.

⁶ HAUPT, [s.d.]; CMP, 1983; AFONSO, 2000.

⁷ Actualmente, no Solar dos Condes de Resende, em Canelas.

⁸ Inserido na Casa de Teixeira Lopes, Vila Nova de Gaia, em vão exterior.

⁹ *Idem*, sobre padieira de vão interior, no r/chão.

¹⁰ CASTELLO BRANCO, 1888.

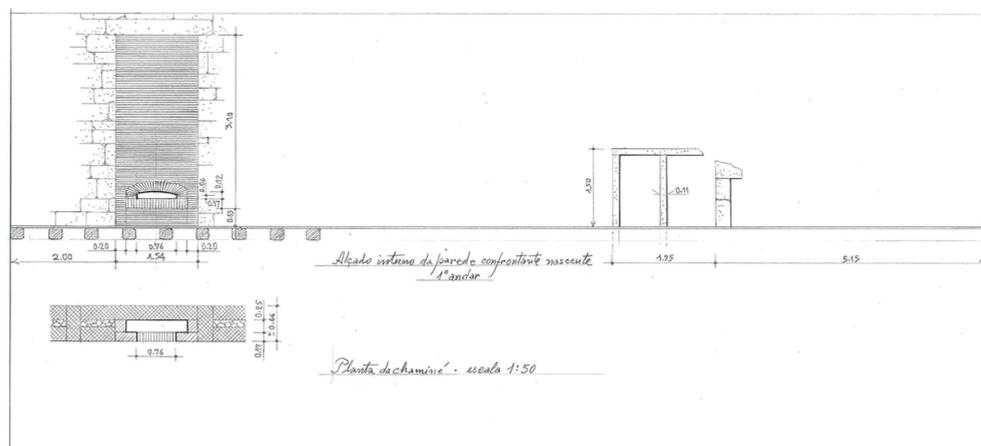


Fig. 4. Parede de meação NE (desenho de levantamento, para memória futura)

Fonte: LESSA, 2005, coleção do autor

(fotógrafo da Casa Real) e, de 1865 a 1886, a Photographia Talbot¹¹. A sua demolição, em 1897, não suscitou nenhuma oposição eficaz¹².

Sobre materialidades *in loco*, o *Relatório final da Intervenção de avaliação histórica e arqueológica prévia*, da ARQUEOHOJE¹³, de Novembro de 2000, expressa o seguinte: «piso de circulação da subcave contemporânea [sic] da construção do edifício»; «solo geológico de base [...] revelou-se de importância arqueológico-patrimonial nula, não proporcionando [...] a presença de qualquer tipo de estrutura»; o prédio «com as paredes rebocadas a argamassa inviabilizando [sic] qualquer leitura do seu aparelho»¹⁴. Porém, há a referir que a subcave é de 1930 e que em 2004, com a demolição de todos os rebocos, revelou-se o aparelho da parede NE (ver Fig. 4), aparentemente, do tipo *emplecton*, com três ocorrências construtivas (chaminé em baldosas de terracota, nicho e pedras de entrega), claramente de datação anterior a 1897; a parede será do século XVI, podendo algumas particularidades nela serem posteriores.

3.2. O Edifício Oitocentista, a refundação burguesa (1897-98)

Com a Rua de Mouzinho da Silveira, abre-se uma extraordinária oportunidade de valorização económica do lote, com uma dupla frente de rua. A resposta traduz-se em uma ocupação até excessiva, 91% da área do lote. O programa prevê comércio,

¹¹ SÉREN, 2021.

¹² RODRIGUES, 1883.

¹³ A CMP (Câmara Municipal do Porto) encomendou à Empresa ARQUEOHOJE - Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda., um Relatório da intervenção de avaliação histórica e arqueológica prévia, no âmbito da remodelação contemporânea (1999-2006). ARQUEOHOJE, 2000.

¹⁴ ARQUEOHOJE, 2000: 7-8.

nos pisos inferiores (rés-do-chão e cave) e, nos dois andares, grandes habitações com 245 e 255 m²: no 1.º andar, o *piano nobile*, com salas, cozinha e sanitário externo; no 2.º, quartos e sanitário externo; no desvão da cobertura, quartos das «criadas», sanitário, arrumos. De facto, com autoria do mestre Manuel Francisco Ferreira, José Bento Pereira propõe-se, com um único projecto de quatro módulos idênticos de 6,5m de largura, edificar para ambas as frentes de rua e com encosto dos sanitários externos, nas traseiras, definindo um estreito saguão de permeio. Tal não virá a ser permitido pela Câmara Municipal, embora o afastamento autorizado ainda resultasse reduzido. A profunda alteração desta intervenção de raiz, quanto à tipologia e imagem urbana, com índice de ocupação do lote de 0,8 para 2,8, manteve, porém, em cada fogo, um padrão espacial elevado, à custa, porém, do diminuto logradouro. Aquando das demolições na intervenção recente, o edifício tinha as paredes limítrofes em bom granito de grão fino e os sobrados assentes sobre troncos de castanho; as divisórias eram estucadas, em tabique com duas ordens de tábuas e fasquiado. O granito das ombreiras e padieiras dos vãos de janela e de porta, nos andares e em ambas as fachadas, tinha notável moldura lavrada, caso único na rua e raro na cidade, em edifícios do tipo «burguês». Este edifício viveu sem grandes sobressaltos construtivos até 1930, o rés-do-chão e cave ocupados com comércio que, nos anos de 1920, era de *Armazém de Miudezas*.

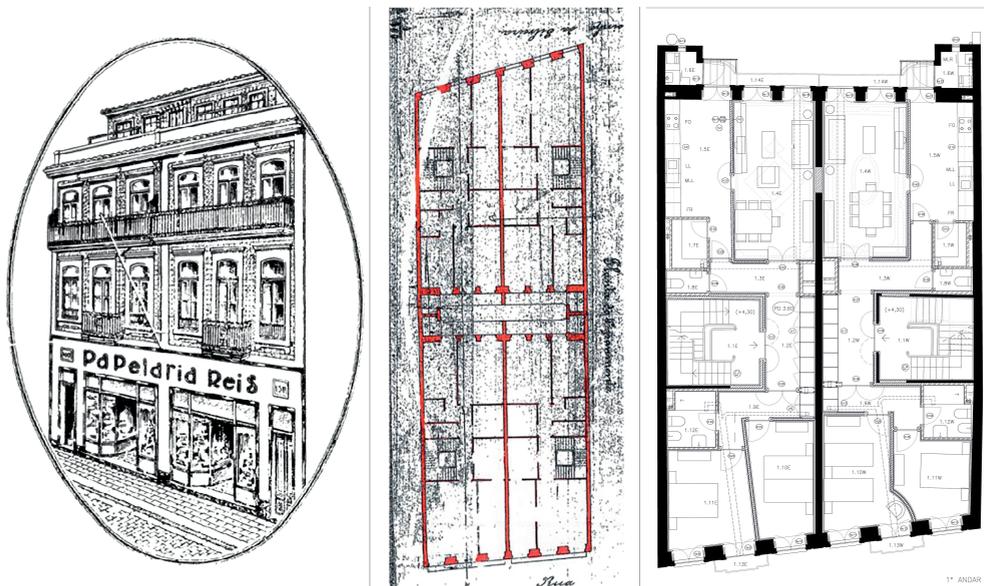


Fig. 5. Desenho a partir de carimbo da Papeleria Reis, retratando a fachada do edifício em 1930-31 (à esquerda) e organização espacial pré-existente (ao centro) e contemporânea (à direita)

Fontes: CMP, 1897; LESSA, 2000b, coleção do autor

3.3. A Remodelação «Papellaria Reis» (1930-31)

Com projecto do arquitecto José Emilio da Silva Moreira, a Papellaria Reis (ver Fig. 5) traz ao sítio o «moderno», pelos ecos de Paris 1925 (ver Fig. 5, à esquerda). Corresponde àquela estilização geométrica e arrojo gráfico que caracterizou os anos 30, no Porto: desafogadas esquinas redondas e publicidade integrada na arquitectura. Aqui, destaca-se a eficaz valorização iconográfica, projectada sobre a rua, com *lettering* publicitário (ver Fig. 5, à esquerda) legível desde longe, em prestigante escuro bronze sobre extenso, claro e delicado mármore. No interior, ao público oferecia-se uma atraente decoração também *Art Déco*. Nos anos de 1980, apenas o primeiro espaço da loja tinha essa decoração, pois o restante piso térreo era já um desamável *back office*. É de insistir na importância do tratamento da fachada de 1930: feito com clara e inteligente intenção publicitária (ver Fig. 5, à esquerda), trouxe à rua um apelo visual moderno, nunca aqui ultrapassado. Assim, viria a ser considerado marca referencial e objecto patrimonial de primeira importância, no projecto de remodelação contemporânea (ver Fig. 6, ao centro e em baixo), o qual mereceu rápida aprovação do IPPAR (actualmente DGPC) e da CMP. Estruturalmente, a obra de remodelação de 1930 consistiu no alargamento dos vãos da fachada e, no interior, em demolição da parede de granito central, separadora dos dois módulos, substituída por alinhamento de pilares; também, na criação de uma subcave (clandestina) e consequente laje de piso da cave. De algumas destas obras resultaram sérias patologias, que foram sanadas na obra de remodelação contemporânea.

3.4. A Remodelação Contemporânea (1999-2006)

3.4.1. Programa e Arquitectura

Promovida pela Câmara Municipal do Porto (e, mais tarde, pela SRU, *Porto Vivo*), esta intervenção tinha um Programa Preliminar que previa uma função terciária para o rés/chão e caves, mas sem definir o ramo de actividade; e, para os pisos superiores, habitações no âmbito do P.E.R. (*Programa Especial de Realojamento*)¹⁵. Com a análise às potencialidades e limites da tipologia, às características dimensionais e outras do edifício, verificou-se a impossibilidade de o remodelar para habitações, no P.E.R., por incompatibilidade entre as suas severas restrições dimensionais, ou de custo, e a preservação dos valores tipológicos básicos do edifício. Assim, foi defendido, no Programa-Base, uma reorganização espacial da parte habitacional, segundo um critério de rentabilizar, sim, mas salvaguardando os aspectos patrimoniais inalienáveis, a começar pela tipologia do edifício na sua organicidade interna e sua relação com a rua.

¹⁵ Criado pelo Decreto-Lei n.º 163/93, de 7 de Maio; alterado pelo Decreto-Lei n.º 271/2003, de 28 de Outubro (PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, 1993; PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, 2003).

3.4.2. Linhas-mestras do Projecto

Após o confronto entre o *Programa Preliminar* e as características tipológicas, construtivas, estilísticas, de autenticidade e de estado de conservação, ponderou-se o seguinte: em cada módulo, triplicar o número de fogos, um por andar, mantendo a escada central; manter em todos a organização combinada do 1.º e 2.º andares anteriores, ou seja, onde antes as funções de um único fogo se hierarquizavam entre os andares, agora organizam-se horizontalmente; reaproveitar todas as estruturas em bom estado e próprias, com substitutos afins ou réplicas; compartimentar entre os andares com laje de tecto, sob as vigas, mantendo a solução das divisórias e soalho nelas apoiados; substituir as divisórias em tabique por equivalente leve; criar réplicas dos ornatos anteriores, nos tectos; manter as fachadas quase integralmente, excepção feita para as portas da parte habitacional; manter o *lettering* «Papellaria Reis», não como peça musealizada, mas com a imprescindível *eficácia evocativa* (Brandi, 2006), com as letras de bronze substituídas por réplicas em lioz (igual à *tabula*, sem impacto visual) (ver Fig. 6, ao centro) e, aquelas, embutidas no chão empedrado da loja, como memória da ali antiga actividade tipográfica (ver Fig. 6, em baixo).

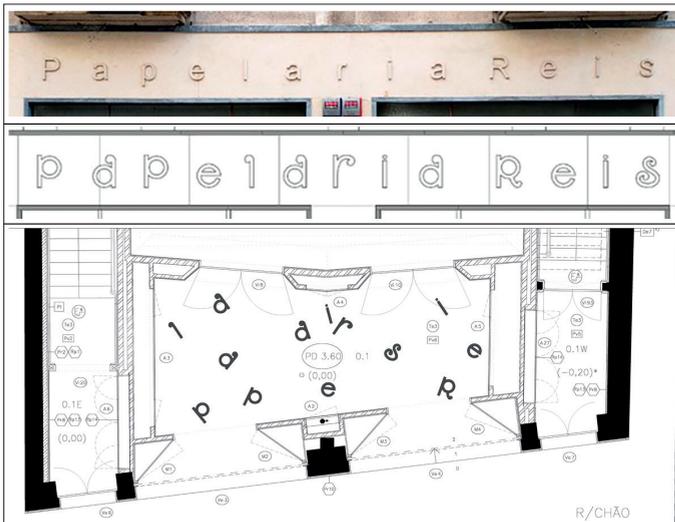


Fig. 6
O *lettering* da fachada: fotografia do *lettering* actual da autoria do dono da obra (em cima); *lettering* proposto pelo Projecto (ao centro); Átrio com letras de bronze (retiradas da fachada) inseridas no pavimento marmóreo (desenho de Projecto) (em baixo). Fonte: Fotografia, LESSA, 2021c, colecção do autor; Desenhos, LESSA, 2000b, colecção do autor

3.4.3. Vicissitudes num País «em Vias de Desenvolvimento Cultural»

Uma obra de arquitectura envolve agentes diversos e riscos inesperados, em particular, na tradução de um Projecto já aprovado, em obra: nomeadamente, há uma tendência para o Dono de Obra usar o seu património material, a obra, para manipulá-lo, sem atender ao património comunitário, que ela representa.

No caso presente, o desvirtuamento ocorreu por via da gentrificação, com trabalhos a mais em obra, mas sem acréscimo no orçamento, resultando na redução e desvirtuamento

em partes da obra fundamentais para a sua integridade arquitectónica e de salvaguarda patrimonial. Por decisão do Dono da obra (SRU)¹⁶ e com oposição expressa do Arquitecto. Concretamente, os principais desvirtuamentos ocorreram ao nível do rés-do-chão: pela alteração da escala dos vãos exteriores, não recriação do átrio com seus ornatos *Art Déco* replicados do preexistente e, ainda, na fachada, onde o letreiro «Papelaria Reis» deveria ter novas letras em lioz, escrupulosamente replicadas das de bronze originais (ver Fig. 6, ao centro). Ao invés, o actual *lettering*, de escolha arbitrária, com letras de reduzidas dimensões e alheias à carga histórica e simbólica do desenho original (original, em duplo sentido, já que o desenho de letra era de 1930 e exclusiva), é totalmente insignificante, inviabilizando a marcação deste lugar, na rua (ver Fig. 6, em cima)¹⁷.

REFLEXÃO FINAL

Com base nos conteúdos explanados nos pontos anteriores, considera-se que este lote, edificado desde há quase 500 anos, é significativo na Rua e na Cidade porque:

- Representa, na Rua, como nenhum outro documentado, uma resposta pontual, mas imediata e significativa da Arquitectura, a duas das mais importantes acções urbanísticas no Centro Histórico do Porto, com intervalo de três séculos e meio (1521 e 1875), as aberturas das ruas das Flores e de Mouzinho da Silveira;
- A Casa Quinhentista, enquanto fundacional da rua, teve a mais longa vida aqui de todos os edifícios seus pares, exactamente por ser de carácter e qualidade construtiva superiores, o que, porém, não lhe evitou a demolição, dada a sua valoração patrimonial, na época, ser inferior à lógica do progresso liberal dominante;
- O Edifício Oitocentista, de matriz burguesa, formalmente derivada do tipo georgiano londrino do século XVIII, fundado no moderno conceito da standardização, comporta potencialidades de remodelação, aparentemente sem limite temporal; No entanto, esforçar uma tipologia para além dos limites da sua resiliência, para cumprir um programa incompatível, traz a incoerência e o desvirtuamento;
- Na remodelação para a Papelaria Reis, o edifício adquiriu um forte acréscimo de visibilidade e significação social, que anteriormente eram, de certo modo, assumidas pela Casa Quinhentista, pelo seu tipo tardomedieval, único na rua, já então de ambiente geral burguês; O seu valor intrínseco e raridade não puderam opor-se à dinâmica da rentabilidade do solo urbano, sentido prático e higienista do século XIX liberal;

¹⁶ Na *Carta de Washington*, de 1987, ponto 16: «A salvaguarda exige que seja ministrada uma formação especializada a todos os profissionais que nela participem» (ICOMOS, 1987).

¹⁷ No *Documento de Nara sobre a Autenticidade*, de 1994, no ponto 10: «A autenticidade, tal como foi considerada e afirmada na Carta de Veneza, surge como o factor qualitativo essencial quanto à qualificação dos valores patrimoniais. O entendimento da autenticidade desempenha um papel fundamental em todos os estudos científicos sobre património cultural, no planeamento da conservação e do restauro, assim como nos procedimentos utilizados para a inscrição na lista do Património Mundial e outros inventários do património cultural» (ICOMOS, 2007).

- Na remodelação contemporânea, as características tipológicas e organicidade do edifício oitocentista não puderam ser esforçadas, para responder ao programa inicial, de fogos com pequena área; A solução foi transformar duas habitações unifamiliares, de três pisos, em seis «andares», mantendo a escada, antes privada, agora comum; Deste modo, a sua tipologia foi mantida, com rentabilidade, densificando o uso habitacional, com nível superior de conforto e mantendo todo o carácter do edifício, aferível também na estreita relação orgânica entre organização interna e fachada(s);
- Como nota negativa, nesta última remodelação, os desvirtuamentos em obra, sobre a fachada, inibiram a marca referencial do edifício (e evocação histórica da Papelaria Reis), como um lugar próprio, na Rua das Flores.

Como contribuição complementar, entende-se consistente a hipótese de atribuir a autoria da Casa a Diogo de Castilho, porque há registo de este mestre estar no Porto antes de 1526, aí ter casado e morado na Rua das Flores¹⁸; os mais de 370 anos de vida da Casa atestam uma resiliência construtiva própria dos Castilhos; os quatro merlões em urna são idênticos aos que coroam o lado norte do corpo da nave central da Matriz de Vila do Conde, obra concluída por João de Castilho, em 1515; podendo supor-se que o desenho dos merlões era específico de cada mestre e que apenas ao irmão fosse permitido usá-lo em obra própria.

FONTES

Câmara Municipal do Porto

CMP. *Processo de licenciamento municipal do 150 a 160 da Rua das Flores*, Outubro de 1897.

CMP. *Carta Topográfica da cidade do Porto, folha n.º 258, dirigida por Telles Ferreira, entre 1880 e 1892. Álbum comemorativo do primeiro centenário da revolta do 31 de Janeiro (1891) e da Edição da Carta Topográfica do Porto (1892)*, liv. 4. Porto: Arquivo Histórico Municipal do Porto, 1992.

Colecção do autor

LESSA, Manuel da Silva (2000a). *Planta de localização do lote do edifício Papelaria Reis, a partir de Levantamento Aerofotogramétrico fornecido pela CMP*. Colecção do autor.

LESSA, Manuel da Silva (2000b). *Desenho de Projecto da remodelação contemporânea da Papelaria Reis*. Colecção do autor.

LESSA, Manuel da Silva (2005). *Parede de meação NE (desenho de levantamento para memória futura)*. Colecção do autor.

LESSA, Manuel da Silva (2021a). *Sucessão idílica no lote - alçados*. Colecção do autor.

LESSA, Manuel da Silva (2021b). *Desenho digital da Casa Quinhentista*. Colecção do autor.

LESSA, Manuel da Silva (2021c). *Foto do estado actual do lettering na fachada*. Colecção do autor.

¹⁸ AFONSO, 2000.

Legislação

- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (1993). *Decreto-Lei n.º 163/93*. «Diário da República Série I-A». 106 (1993-05-07) 2380-2383.
- PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação (2003). *Decreto-Lei n.º 271/2003*. «Diário da República Série I-A» 250 (2003-10-28) 7182-7191.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, José Ferrão (2000). *A Rua das Flores no Séc. XVI – Elementos para a História Urbana do Porto Quinhentista*. Porto: FAUP Edições.
- ARQUEOHOJE (2000). *Relatório Final de Intervenção de avaliação histórica e arqueológica – Centro Histórico do Porto – Rua das Flores, 150-160* (Nov. 2000). Porto: ARQUEOHOJE.
- BAPTISTA, Paulo Artur Ribeiro (2010). *A Casa Biel e as suas edições fotográficas no Portugal de Oitocentos*. 2.ª ed. Porto: Câmara Municipal do Porto. [Consult. 15 Nov. 2021]. Disponível em <https://www.academia.edu/35704836/A_CASA_BIEL>.
- BARROS, João de; LENCART, Joana, *estudo e transcrição* (2019). *Geographia D'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. 2.ª ed. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- BRANDI, Cesare (2006). *Teoria do Restauro*. Porto: Ed. Orion.
- CASTELLO BRANCO, Camillo (1888). *Nostalgias*. Porto: Typographia de Manoel Luiz de Souza Ferreira.
- CMP. Câmara Municipal do Porto (1983). *O Porto e a Europa do Renascimento, Exposição Paralela à XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura*. Porto: Casa do Infante.
- CRUZ, António (1967). *Algumas Observações sobre a Vida Económica e Social da Cidade do Porto nas Vésperas de Alcácer Quibir*. Porto: Biblioteca Pública Municipal.
- FERNANDES, Francisco Barata (1999). *Transformação e Permanência na Habitação Portuense*. 2.ª ed. Porto: FAUP publicações.
- HAUPT, Albrecht [s.d.]. *A Arquitectura da Renascença em Portugal*. Lisboa: J. Rodrigues & C.ª, Livreiros-Editores.
- ICOMOS (1987). *Carta internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas*. [Consult. 15 Nov. 2021]. Disponível em <<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/28%20Carta%20cidades%20hist%C3%B3ricas%20-%20ICOMOS%201987.pdf>>.
- ICOMOS (2007). *Documento de Nara sobre a autenticidade (1994)*. [Consult. 15 Nov. 2021]. Disponível em <<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/28%20Carta%20cidades%20hist%C3%B3ricas%20-%20ICOMOS%201987.pdf>>.
- PÉREZ, Xosé Carlos Valle, *coord. geral*; AZEVEDO, Fernando; RODRIGUES, Jorge, *coord. adjuntos* (1995). *Do Tardo-Gótico ao Maneirismo – Galiza e Portugal*. Fundação Calouste Gulbenkian, Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- POLLIONIS, Vitruvii Marcius; MAUFRAS, Ch.-Louis, *trad., coment.* (1847). *L'Architecture de Vitruve*. Paris: C.L.F. Panckoucke, Éditeur, 2 vol.
- RODRIGUES, Manuel Maria (1883). *Curiosidades*. «Carteira do Viajante». Porto: Administração Geral. N.º 4 (Maio).
- SERÉN, Maria do Carmo (2021). *Casas fotográficas do porto no século XIX*. In RESENDE, Nuno, *coord. Prontuário de fotógrafos e casas comerciais de fotografia no Porto (1840-1980)*. Porto: CITCEM, pp. 131-145.
- TURISMO DE PORTUGAL (2023). *Registo Nacional de Alojamento Local*. [Consult. 06 Out. 2023]. Disponível em <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/Pesquisa_AL.aspx>.